

UMA GRAMÁTICA DA ALTERIDADE: *RECORDAÇÕES D'UMA* *COLONIAL (MEMORIAS DA PRETA* *FERNANDA)* COMO LABORATÓRIO DA COLONIALIDADE LITERÁRIA

A GRAMMAR OF ALTERITY: *RECORDAÇÕES* *D'UMA COLONIAL (MEMORIAS DA PRETA* *FERNANDA)* AS A LABORATORY OF LITERARY COLONIALITY¹

*Luca Fazzini*²

*Danielle Duque Baracho*³

RESUMO

O presente artigo propõe uma análise de *Recordações d'uma Colonial (Memorias da preta Fernanda)* (1912), de Alberto António May Totta e Fernando Machado, como um **laboratório da colonialidade literária**. Amparado numa leitura que articula escrita literária e ideologia colonial, o estudo propõe compreender a obra como espaço de experimentação de uma **gramática da alteridade**, na qual se ensaiam procedimentos narrativos de racialização, erotização do corpo da mulher negra e pedagogia da assimilação colonial. Através do recurso à falsa autobiografia, atribuída à protagonista, o texto fabrica uma voz subalterna que aparentemente legitimaria hierarquias raciais e civilizacionais. O artigo demonstra, assim, como esses dispositivos operam ao nível da recepção, naturalizando estereótipos e convertendo o corpo da mulher negra em lugar privilegiado de inscrição do poder patriarcal e imperial, antecipando mecanismos que encontrarão fortuna na literatura colonial de ambientação africana, institucionalizada através da instauração dos Concursos de Literatura Colonial/Literatura Ultramarina.

PALAVRAS-CHAVE: Colonialidade literária. Gramática da alteridade. Literatura Colonial Portuguesa. Representação da Mulher Negra.

ABSTRACT

This article proposes an analysis of **Recordações d'uma Colonial (Memórias da preta Fernanda)** (1912), by Alberto Antônio May Totta and Fernando Machado, as a laboratory of literary coloniality. Grounded in a critical approach that articulates literary writing and colonial ideology, the purpose of this study is to understand the work as a site of experimentation of a grammar of alterity, within which narrative procedures of racialization, eroticization of the Black female body, and the pedagogy of colonial assimilation are rehearsed. Through the use of a false autobiography attributed to the protagonist, the text constructs a subaltern voice that appears to legitimize racial and civilizational hierarchies from within. The article thus demonstrates how these *dispositifs* operate at the level of reception, naturalizing stereotypes and transforming the Black female body into a privileged locus for the inscription of patriarchal and imperial power, anticipating mechanisms that would later find widespread articulation in African-set colonial literature institutionalized through the establishment of the Concursos de Literatura Colonial/Literatura Ultramarina.

KEYWORDS: Literary coloniality. Grammar of alterity. Portuguese colonial literature. Representation of Black women.

PODER, ESCRITA E IMAGINAÇÃO IMPERIAL. UMA NOTA INTRODUTÓRIA

A literatura portuguesa, enquanto forma privilegiada de produção simbólica e de inscrição da memória coletiva, desempenhou um papel determinante na construção e disseminação de um imaginário nacional constituído em estreita articulação com a experiência imperial. Se, de acordo com Benedict Anderson (2008), a escrita literária foi um dos dispositivos centrais para a emergência de uma sensibilidade nacional e, no caso especificamente português, também para a consolidação de uma memória coletiva fundada na expansão ultramarina e no domínio colonial, é igualmente necessário reconhecer o seu papel ativo na naturalização de teorias sobre o espaço e o corpo do Outro que sustentaram a ocupação colonial em África. De fato, a escrita — literária, ensaística e jornalística — não se limitou a representar o império, mas contribuiu para a elaboração de um senso comum colonial, no qual o africano e o afrodescendente foram sistematicamente inscritos como sujeitos subalternos, racializados e hierarquicamente inferiores, de acordo com um amplo repertório disseminado pelas teorias racialistas⁴, ao passo que o homem europeu era figurado como agente civilizacional, portador de razão, progresso e autoridade moral, numa mecânica que, em muitos aspetos, tangencia a jornada do burguês na literatura, tal como analisada por Franco Moretti no seu **The bourgeois: between history and literature** (2013).

Nesse quadro, a escrita literária deve ser compreendida como parte integrante de uma vasta constelação de dispositivos — discursivos, visuais, arquitetônicos e performativos — que, ao longo do século XX, e sobretudo durante a Ditadura Militar e o Estado Novo, concorreram para a consolidação do imaginário colonial português. Como assinalam diversos estudos, a literatura colonial promovida institucionalmente pelas estruturas do regime não pode ser dissociada de sua função pedagógica e propagandística:

essa literatura, promovida pela Agência Geral das Colônias (1926–1951) e, depois, Agência Geral do Ultramar (1954–1974), através de concursos anuais [...], tinha o intuito de propagandear a ideologia da portugalidade. Reforçava essa construção da ideologia colonial a função pedagógica intrínseca à organização dos concursos. (Fazzini; Mata, 2024, p. 138)

A própria formulação dos concursos literários revela de forma inequívoca a instrumentalização da escrita enquanto tecnologia de governo e de produção de consenso. Escreve ainda Inocência Mata:

A portaria deixava explícita a urgente necessidade de «intensificar por todos os meios a propaganda das nossas colônias e da obra colonial portuguesa» assim como «despertar, sobretudo na mocidade, o gosto pelas cousas coloniais» através da literatura. Embora esse articulado legal viesse a sofrer muitas alterações ao longo dos tempos (...) o certo é que o entendimento do que era literatura nesses concursos era muito abrangente, contemplando não apenas a ficção, mas também textos de caráter ensaístico, histórico, etnográfico e memorialístico, dando origem a um corpus híbrido, atravessado por diferentes registos discursivos coloniais. Com efeito, esses Concursos de literatura colonial contemplavam também a não-ficção, havendo constantes contaminações e cruzamentos entre os vários discursos coloniais, o que era comum numa escrita cuja intenção se sobrepunha à intencionalidade. (Mata, 2025, pp. 163-164)

Os estudos de José Luís Lima Garcia (2008; 2022) demonstram com particular clareza como, durante o Estado Novo, a literatura integrou uma “orquestra” propagandística mais ampla, na qual textos literários, exposições, cinema, imprensa ilustrada e intervenções urbanísticas operavam de forma coerente. A metrópole imperial, Lisboa, tornou-se, nesse sentido, um espaço privilegiado de encenação da mística colonial, no qual a exaltação nacional e a subalternização do africano se reforçavam mutuamente. O espaço urbano foi progressivamente transformado em texto explícito da ideologia imperial, materializando no território metropolitano uma visão hierárquica e racializada do mundo.

Um dos momentos mais paradigmáticos dessa materialização espacial da ideologia colonial no contexto metropolitano foi a Exposição do Mundo Português, realizada no segundo semestre de 1940, em Belém, espaço então convertido em verdadeiro palco monumental da portugalidade imperial. Por meio de uma encenação arquitetônica, expositiva e perfor-

mativa, o Mundo Português fixou no coração de Lisboa uma memória do colonialismo assente na ideia de um Portugal pluricontinental, evangelizador e civilizador, tornada visível pela reprodução de aldeamentos africanos e pela exibição de homens, mulheres e crianças africanas em zoológicos humanos, apresentados ao público como símbolos de primitivismo cultural e de subdesenvolvimento social. Esse mesmo regime de visibilidade e de ordenação simbólica do império encontrava já expressão, ainda que de forma menos espetacular e mais difusa, em intervenções urbanísticas anteriores, como o Bairro das Colónias, construído na década de 1930 e composto por ruas que ostentavam (e ostentam) os nomes das então colônias portuguesas.

Longe de constituírem episódios isolados, essas intervenções públicas inscrevem-se numa genealogia mais ampla de espetacularização do universo colonial e do corpo negro: já em 1932, no Parque Eduardo VII, no âmbito da Exposição Industrial de Lisboa, foram reproduzidas habitações da África Ocidental e, em 1934, na Exposição Colonial do Porto, africanos foram exibidos perante o olhar curioso e disciplinador do público. Tais dispositivos visuais e performativos não apenas reforçavam estereótipos raciais, mas produziam um regime de visibilidade no qual o africano era reduzido a objeto etnográfico, despojado de historicidade e agência.

A literatura dialoga intimamente com esse mesmo regime de visibilidade. Como sublinha Alfredo Margarido, apesar de ser particularmente complexo delinear, de forma sistemática, uma arqueologia da estereotipização dos africanos e afrodescendentes nas artes portuguesas, dois contextos emergem como altamente significativos: “no teatro quinhentista de Anrique da Mota (século XV), de António Ribeiro Chiado e, sobretudo, de Gil Vicente (1465–1536), e na poesia polémica de Manuel Maria Barbosa du Bocage, que assegurava a viragem literária e cultural portuguesa entre os fins do século XVII e os começos do século XVIII” (Margarido, 2023, p. 362). José Ramos Tinhorão, por sua vez, amplia o olhar, salientando como, no teatro do século XIX, o negro passa a ser representado não como sujeito integrado na cultura, mas como estereótipo anedótico, funcional à produção do riso e à reafirmação das hierarquias sociais: “já não era o negro real e integrado na vida portuguesa que se mostrava, mas o estereótipo capaz de, eventualmente, produzir episódios anedóticos” (Tinhorão, 2018, p. 68).

Neste sentido, no contexto português, uma arqueologia das representações da diferença permitiria destacar a constituição de uma “gramática da alteridade”, entendida aqui não enquanto modelo semiótico, como proposto por Erik Landowski em “Pour une grammaire de l’altérité” (2023), mas, em termos mais genéricos, como o conjunto de procedimentos discursivos — ou seja, lexicais, narratológicos, para e intertextuais, etc... — por meio dos quais específicas textualidades organizam, regulam e procuram tornarem inteligível a figura do sujeito racializado. Nessa perspectiva, o presente estudo considera a escrita e, em particular, a que caracteriza a Literatura Colonial, como um espaço de experimentação e consolidação dessa gramática, constituindo procedimentos narrativos próprios, que visam à construção da diferença racializada.

Dentro deste horizonte analítico, torna-se, portanto, indispensável interrogar o dispositivo literário não apenas como um legítimo testemunho, mas também enquanto operador ativo do poder, capaz de produzir regimes de visibilidade e hierarquias de humanidade: uma gramática da alteridade que estrutura simultaneamente a imaginação imperial e o próprio imaginário coletivo sobre o Outro racializado — constituindo-se, enfim, como uma ferramenta necessária para a mecânica moderna de exclusão cultural e racial.

RECORDAÇÕES D'UMA COLONIAL (MEMÓRIAS DA PRETA FERNANDA) COMO LABORATÓRIO DA COLONIALIDADE LITERÁRIA

É nesse horizonte histórico e discursivo, no qual a literatura se articula a dispositivos de visibilidade e de governo, convertendo o corpo racializado em objeto de exibição e de ordenação simbólica, que o romance **Recordações d'uma Colonial (Memórias da preta Fernanda)** (1912) — memórias ficcionais, cuja autoria é justamente atribuída, na reedição de 2022, a Alberto António May Totta e Fernando Machado — deve ser lido e criticamente reposicionado no interior do corpus da literatura colonial portuguesa.

Publicada em 1912, a obra antecede cronologicamente a plena institucionalização do aparato propagandístico do Estado Novo e dos concursos oficiais de literatura colonial. Contudo, participa já, de forma estrutural, daquilo que viria a constituir a sua gramática ideológica fundamental, operando numa zona de indistinção entre sátira, exotização/erotização e pedagogia da alteridade, na qual a ironia e a falsa autoexposição procuram dissimular, sempre através do recurso ao paródico, a violência simbólica inerente à representação do Outro. É precisamente essa eficácia do dispositivo narrativo — e a sua inserção num horizonte de colonialidade que transcende a posterior codificação no interior dos referidos concursos — que faz de **Recordações d'uma Colonial (Memórias da preta Fernanda)** um objeto de estudo particularmente produtivo para uma reflexão crítica sobre a construção violenta da alteridade no contexto colonial português e seus mecanismos de legitimação.

A narrativa, ambientada entre o final do século XIX e o início do século XX, inscreve-se numa tradição marcada por pressupostos racialistas e patriarcais, no interior da qual a figura da mulher negra ocupa um lugar de subalternidade estrutural. Por intermédio da protagonista Andrêsa/Fernanda⁵, o texto torna visíveis as formas de dominação colonial que operam na intersecção entre raça e gênero. Nesse sentido, o romance não se limita a reproduzir os imaginários coloniais de seu tempo, mas permite também uma necessária análise crítica das estruturas simbólicas da colonialidade que sustentaram o colonialismo português, evidenciando de que modo o corpo da mulher negra foi reiteradamente instrumentalizado no processo de consolidação do poder imperial. Com Francisco Noa, é necessário lembrar que:

Tanto do ponto de vista sexual (...), como do ponto de vista racial (...), estas personagens assumem-se, em simultâneo, como antítipos da saga colonial, inequivocamente androcêntrica e brancocêntrica, e, por outro lado, como elemento determinante na realização dessa saga, conferindo-lhe a substância e a confirmação que legou à posterioridade, e cujos efeitos perduram tanto do ponto de vista do imaginário quanto humano e civilizacional. Referimo-nos, neste último caso, aos produtos dos cruzamentos entre o colono e a mulher africana. (Noa, 2015, p. 316)

Integrante do conjunto de textos que compõem a Literatura Colonial Portuguesa, a obra de Totta e Machado configura-se, todavia, como um objeto liminar e, em certo sentido, “anômalo”, na medida em que não corresponde plenamente aos modelos tardios da literatura colonial, estes regulamentados e premiados, sempre no âmbito dos referidos concursos. Antecipando, de modo particularmente eloquente, muitos dos seus pressupostos narrativos e representativos (quando não epistemológicos), o texto articula a racialização do corpo feminino africano, a hierarquização civilizacional dos espaços e a naturalização da assimetria entre autor empírico e objeto representado — numa mecânica ainda mais perversa, na medida em que, na obra, voz narrativa e objeto estereotipado e caricatural da representação coincidiriam, sob as formas de uma falsa autobiografia. Escreve Inocência Mata:

Essa narrativa finge ser o enunciado de uma corrente de consciência que se esvai sem controlo pela urgência de narrar, para expressar os sentimentos e relatar as desventuras e aventuras de alguém que havia nascido «para trilhar a estrada da dor e da alegria» (...). Por isso, nem se pode dizer que se trata de uma falsificação credível: falsas memórias serão, porque é clara a apropriação identitária que os dois autores fazem de Fernanda do Vale, a quem a edição da Teorema atribui a autoria. (Mata, 2022, p. 236)

Embora a crítica (Ferreira, 1989; Mata, 2016; Noa, 2002) tenha frequentemente destacado a centralidade do espaço africano e da experiência em África do autor — veja-se, a esse propósito, o ensaio “Maria Archer e a literatura colonial — ou de uma «cultura exuberante» ignorada” (2025, pp. 191-206), de Ana Paula Ferreira, que, logo na abertura, retoma as considerações de Paulo Braga, segundo as quais a escassez desse *corpus* se explicaria pela reduzida experiência do escritor português no espaço africano⁶ —, ainda assim, **Recordações d’uma Colonial (Memórias da preta Fernanda)**, obra de ambientação predominantemente lisboeta, partilha com a literatura colonial características estruturais inequivocamente centrais.

De fato, em Totta e Machado, a África é encenada apenas enquanto ponto — e porto, em Cabo Verde e no Senegal — de partida para as vicissitudes da protagonista: origem a ser superada, mas simultaneamente indelével e inapagável. A Metrópole, por sua vez, afirma-se como horizonte normativo de valor, civilização e reconhecimento, sem, porém, jamais permitir a plena incorporação do sujeito colonizado. É nesse sentido que

Recordações d'uma Colonial (Memorias da preta Fernanda) constitui um exemplo *sui generis* da Literatura Colonial Portuguesa: um texto anterior à sua codificação institucional, mas plenamente inscrito na sua economia simbólica, e que revela, com particular nitidez, os mecanismos literários de racialização, “ventriloquismo” (Simões, 2022, p. 222) e domesticação do sujeito colonizado que viriam a estruturar, em parte, o imaginário imperial ao longo do século XX.

É neste ponto — isto é, na passagem do enquadramento classificatório para a microfísica dos procedimentos textuais de construção da alteridade — que se torna decisivo articular a singularidade formal do romance com tipologias críticas já consolidadas para a leitura da literatura colonial. Em **Império, Mito e Miopia: Moçambique como Invenção Literária** (2002), Francisco Noa dedica amplo espaço às modulações de caracterização e figuração das personagens: enquanto os africanos, na literatura colonial de ambientação moçambicana, aparecem como “seres zoomorfizados, especialmente na fase exótica e doutrinária” (Noa 2002, p. 267), entre as figurações das mulheres negras é possível destacar a “preta-fêmea, cujos instintos acordam ao menor estímulo” (Noa, 2002, p. 320). Trata-se, sem dúvida, do arquétipo da mulher negra hipersexualizada que subjaz à construção ficcional da preta Fernanda, figura cujos desejos insaciáveis dominam a narrativa e cuja agência é, no limite, reconvertida em prova da sua irredutível exterioridade civilizacional.

Importa salientar, portanto, como a gramática da alteridade opera nos diferentes planos textuais já mencionados. Em termos narratológicos, evidencia-se também, entre outros, nos modos de construção da própria voz narrativa, na organização diegese e nas suas estratégias de dinamização, que visam transpor para a página a (suposta) experiência biográfica da protagonista, a tornando, assim, legível.

Recordações d'uma Colonial (Memorias da preta Fernanda), romance com base memorialista, encena, de modo paródico e satírico, um “*Bildungsroman*” (Pereira, 2022, p. 11) evidentemente falho: uma trajetória, a de Andreza/Fernanda⁷, protagonista da obra, que não conduz à desejada integração e à ascensão social em contexto metropolitano, mas à exposição reiterada da impossibilidade civilizatória de uma mulher africana no espaço europeu, convertendo o fracasso da assimilação num implícito argumento a favor da hierarquização racial e cultural então em vigor. O próprio relato memorialista de uma mulher negra nascida em Cabo Verde no final do século XIX, que mais tarde residiria em Lisboa até o início do século XX, organiza-se em torno de uma teleologia de ascensão que é prometida e, ao mesmo tempo, constantemente negada: no início da narrativa, a protagonista é identificada como Andrêsa do Nascimento, embora assine sob o pseudônimo literário de Fernanda do Vale, sendo popularmente conhecida como “preta Fernanda”, e os dez capítulos que compõem o livro, ao narrarem o seu percurso formativo, recorrendo à metáfora da escada para designar o processo

de mobilidade social (impossível) que Fernanda se propõe a percorrer: “o primeiro degrau transposto do longo calvário civilizador que me propunha subir sem cansaço, esforço ou hesitação” (Totta; Machado, 2022, p. 42).

Nesse regime narrativo, a colonialidade manifesta-se como tecnologia de subjetivação que passa também pelo processo metamórfico de assimilação vivenciado por Fernanda, revelador de uma lógica eurocêntrica e racista que associa a civilização ao embranquecimento: “Gradualmente ia-me abituando áquela vida facil e comoda e adquirindo, a pouco e pouco, as tinturas de civilização que me faltavam. [...] Dissera-me ele que, á medida que me fosse civilizando, iria esclarecendo-se a minha côr até ficar branca.” (Totta; Machado, 2022, p. 58). Uma mecânica que, de acordo com Diana Simões, atravessa também a própria linguagem⁸:

a intenção satírica dos autores de Recordações passa pela estratégia linguística de recriar o suposto «pretuguês» de Fernanda e de seu pai, mostrando como muito rudimentar a aproximação dos africanos à língua portuguesa, ao mesmo tempo que propagam a noção de que o português deve ser a língua comum de comunicação nas colônias: é a única capaz de abrir caminho aos estágios civilizatórios mais elevados (Simões, 2022, p. 218)

Neste sentido, evidencia-se, no plano lexical, o modo com o qual essa gramática da alteridade se manifesta nas escolhas lexicais e nas próprias designações raciais que nomeiam e classificam a personagem, inscrevendo-a num campo semântico marcado pela diferença e pela hierarquização.

A personagem recorre, então, a diversas estratégias de embranquecimento para galgar sua ascensão social, como quando veste o espartilho, fazendo com que, ao menos de costas, parecesse branca, ou quando usa maquiagem, com uma “densa camada de pó de arrô, que quasi me fasia parecer branca.” (Totta; Machado, 2022, p. 55).

O desejo de ascender socialmente leva Fernanda a internalizar os valores coloniais, reproduzindo a ideia de que a branquitude representa um ideal universal de humanidade, progresso e valor. A promessa de “esclarecimento” da cor à medida que se civiliza evidencia a violência simbólica da ideologia colonial — aqui, mais precisamente, da colonialidade —, que constrói a identidade negra como algo a ser superado, até de um ponto de vista físico. Assim, a narrativa explicita como o projeto colonial operava não apenas por meio da dominação física e política, mas também por meio da imposição psíquica de um modelo identitário que exigia a negação do próprio corpo como condição para o reconhecimento social.

Emblemático é que, desde o prefácio, a narradora refere-se implicitamente aos relatos subsequentes como escritos autobiográficos, de autoria da própria Fernanda do Vale pois tratar-se-ia, justamente, de suas memórias e das peripécias vividas ao longo de seu “percurso civilizados” (Totta; Machado, 2022, p. 41) — atribuição autobiográfica que a crítica (Mata, 2022; Pereira, 2022; Simões, 2022) tem amplamente debatido e recusado. No entanto, nesse

cenário hipotético, a voz do Outro — em verdade, da Outra — confirmaria os interesses hierárquicos de uma metrópole que buscava se autodeclarar enquanto superior. O que se sucede, por sua vez, é um discurso colonial de teor propagandístico, na medida em que a literatura — ainda mais a que oferecia um rápido entretenimento — funcionava como veículo de difusão de um imaginário eurocêntrico.

É, neste sentido, eloquente a insistência em tentar persuadir o leitor de que os relatos são verídicos: em diferentes momentos do enredo, lê-se uma interação direta com o leitor, como quando diz: “prosigâmos no relato fiel da minha acidentada e aventureira existência” (Totta; Machado, 2022, p. 35). Sob a perspectiva do leitor, se estabelece assim um acordo tácito de absoluta veracidade com as palavras atribuídas à Fernanda, pois seriam redigidas por uma “sincera colonial” (Totta; Machado, 2022, p. 25), que poderia alcançar um maior grau de persuasão, porque mais instantâneo, com relação às potencialidades de uma narrativa ficcional, sem mediação, e supostamente objetivo.

A inverosimilhança dessa autobiografia torna-se ainda mais evidente quando se observa o tom pejorativo com que supostamente Fernanda descreveria a si mesma e os elementos de sua cultura nativa: “Fernanda/Andrêsa é, assim, apresentada como um processo evolutivo, através de uma semântica zoomorfizante, o que acentua a impostura desta narração autodiegética” (Mata, 2022, p. 241). As mornas, a rasga, a cachupa — elementos originários da cultura cabo-verdiana —, a fome, a escassez agrícola e os rituais religiosos são mencionados ora com tom nostálgico, ora com certo alívio despertado pelo afastamento desses elementos vistos como primitivos. Em meio ao relato de um episódio de sua infância no qual ouve a música de sua terra, a protagonista afirma que: “Não é fácil descrever o efeito que no meu espírito produziu o ritmo d’essa musica esotica” (Totta; Machado, 2022, p. 30) mencionando, a posteriori, a “musica gentilica e selvagem da minha ilha” (Totta; Machado, 2022, p. 48). O mesmo ocorre quando, mais adiante, ao partilhar o desejo de redigir um segundo livro que se intitularia “Manual do cozinheiro indígena”, refere-se à cachupa como “cosinha selvagem” (Totta; Machado, 2022, p. 34) e ao seu povo como “nós outros, os fuscões [...] nossos espíritos tacanhos e incivilizados” (Totta; Machado, 2022, p. 35). Nota-se que o vocabulário escolhido — exótico, selvagem, indígena, incivilizados — constitui um campo semântico que confirma a subalternização de qualquer manifestação cultural vinculada ao território africano, totalmente coerente com o olhar europeu da época.

Por outro lado, as referências à Metrópole são sempre imbuídas de admiração e profundo reconhecimento pela sofisticação, sendo recorrente a menção ao seu “espírito patriótico” (Totta; Machado, 2022, p. 68), referindo-se ao que “comunicava ao meu coração alvoroçado de portuguesa” (Totta; Machado, 2022, p. 69). Diante disso, a protagonista é movida por estima pela pátria portuguesa, de modo que “entendia e entendo que tudo

se deve sacrificar á idéa generosa e altruista do desenvolvimento colonial” (Totta; Machado, 2022, p. 42), alusão a um suposto “altruísmo colonial” cujos termos soam, no mínimo, paradoxais.

Dessa forma, a lógica da autobiografia ficcional pode ser compreendida como um dispositivo retórico de legitimação da hierarquia colonial, ao oferecer ao leitor metropolitano, sob a máscara da voz subalterna, um testemunho aparentemente endógeno que reafirmaria a superioridade civilizacional lusa e reiteraria a representação dos costumes africanos como resíduo de selvajaria a ser superado.

Na obra, é o seu autoproclamado patriotismo desmedido que a levaria a prestar-se como modelo para a estátua do Marquês de Sá Bandeira, localizada na Praça Dom Luís I, em Lisboa. Andrêsa/Fernanda pousara enquanto figura feminina com uma criança no colo, representando os escravizados de África: “patrioticamente, concorria com o meu modesto esforço de colonial sincera para o tributo de gratidão que urgia prestar a tão grande e memorável figura” (Totta; Machado, 2022, p. 67).

Ainda sobre a narração de suas habilidades, agora na dança, a narradora afirma: “Saltei para o meio da clareira e comecei a mover os péssinhos á cadencia da musica: um atrás, outro adiante, acompanhando essas evoluções com o bambolear dos quadris, rebolando-me e deitando a lingua de fóra, os olhos a revirarem-se como os de uma bonéca de Nuremberg” (Totta; Machado, 2022, p. 30). Transcendendo a análise mais detalhada da linguagem, já objeto de outros estudos aqui mencionados, verifica-se como o teor descritivo de si mesma e do próprio corpo é envolto num tom caricatural, que retoma e ao mesmo tempo fixa marcas de alteridade, de modo que a dança da mulher africana é ridicularizada ao ser comparada a uma boneca — desprovida de humanidade e com gestos evidentemente desajeitados e grotesco, chegando a referir-se a si mesma como uma “bisonha selvagem” (Totta; Machado, 2022, p. 58).

A impressão desencadeada pela leitura é que a narração autodiegética homologa um conjunto de estereótipos racistas e patriarcais, constituindo uma mundividência mimética de uma classe dominante. Deste modo, os seus (supostos) pensamentos introspectivos, por mais que aparentem descrever a subjetividade de um sujeito negro, são, em verdade, reflexo de paradigmas excludentes cuja dimensão enganosa se difunde entre o público leitor com aparência inofensiva.

É precisamente aqui que se percebe a eficácia ideológica do texto enquanto artefato colonial: ao invés de “retratar” a experiência ultramarina, como o conjunto de obras coloniais cronologicamente posteriores, ele opera no plano do efeito de leitura, mobilizando aquilo que sempre Inocência Mata, em “O texto colonial: uma questão estético-ideológica” (2014), define como “intertextualidade colonial”: isto é, uma sutil intertextualidade extraliterária que “actua ao nível da recepção” e remete para a “subjacência ideológica” e a “filosofia política” (Mata, 2014, p. 90).

Outra passagem em que a sátira se excede e torna controversa a sua autoria é a referência à ocupação do território: “A permanência dos missionários n’aquelas ilhas insuflou no espírito dos nativos os mistérios do Dogma e seus correlativos ritos.” (Totta; Machado, 2022, p. 32). Nesse excerto, Fernanda implicitamente apoiaria a missão civilizatória dos portugueses nas ilhas de Cabo Verde e, inclusive, compreenderia com esmero a imposição religiosa do catolicismo dogmático. Por sua vez, ao descrever os cultos religiosos que se pretendia, de forma errada e genérica, como locais, designa a divindade Manitú como “uma espécie de deus do mal”, depreciando os ritos religiosos que teria visto, nas palavras de Fernanda, “na cubata de meus pais” (Totta; Machado, 2022, p. 32). Como costume de sua fé, a protagonista confessa ir prostrar-se “perante o santo, rogando-lhe nas minhas orações que me protegesse e permitisse que os meus quadris se desenvolvessem e desengonçassem, cada vez mais, para gaudio e regalo dos meus concidadãos” (Totta; Machado, 2022, p. 32) — o que evidencia o caráter sexualizado com que a protagonista é descrita, uma vez que o apelo elementar a um deus anteriormente figurado como “mal” se converte em demanda por um corpo cada vez mais atraente, voltado à satisfação dos olhares masculinos. Trata-se, de qualquer forma, da emergência (ou reiteiração) de *topoi* representacionais da mulher negra e mestiça característicos da literatura colonial: “mulher fogosa”, “fonte de sensualidade e sexualidade” (Noa, 2002, p. 321).

Posteriormente, ao habitar na Metrópole, a própria personagem se aproveitará dessa sexualização do seu corpo como estratégia de ascensão social: ao mesmo tempo em que seu corpo é objetificado, ele também simbolizaria a transgressão de normas sociais e revelaria certa autonomia em nada comum nem às mulheres burguesas da Metrópole, nem às mulheres africanas. Fazendo da personagem, atrás da cortina da sátira — e, talvez, também a própria figura histórica —, sujeito que subverte os dispositivos policiais e disciplinares sobre o corpo feminino. A própria saída do arquipélago de Cabo Verde é possibilitada por meio da relação afetiva que estabelece com um marinheiro, cuja efêmera duração serviu apenas para que a narradora conhecesse seu futuro marido. Ao desembarcar na Metrópole, Fernanda tem diversas outras aventuras amorosas que se alinham com seus anseios de integração sociocultural.

Já plano paratextual, outros elementos editoriais orientam a leitura reiterando uma determinada construção do sujeito negro e africano. No final das suas supostas memórias, há também um registro, em forma de tabela, intitulado “Mapa sinoptico e descritivo e classificação geral dos movimentos oscilatórios do meu coração desde 1877 até 1911, inclusive” (Totta; Machado, 2022, pp. 182–183), na qual a própria Fernanda do Vale listaria todos os homens com os quais se relacionou no intervalo de tempo indicado, informando a duração e alertando para a simultaneidade entre certas relações.

Esse mapa constitui, mais uma vez, uma caricatura hipersexualizada da mulher negra, exposta ao ridículo segundo os códigos morais e sociais da época. A personagem demonstra ainda profundo convencimento de que seu papel como “umilde creoula” seria colaborar para a procriação e cruzamento de raças a fim de efetivar “relações político-diplomáticas d’esses dois belos países que se chamam Alemanha e Portugal” (Totta; Machado, 2022, p. 62), confirmando o preceito patriarcal de que a função social da mulher estaria vinculada à procriação. Lê-se ainda, com humor e sátira, a animalização de seus gestos quando descritos por outras personagens: “Irra, parece um jacaré!” (Totta; Machado, 2022, p. 66), ridicularização tão exagerada que reitera sua desumanização, animalizando-a como ser regido apenas pelo instinto, reforçando estereótipos racistas que associam o corpo negro à brutalidade e à irracionalidade e negando-lhe, por sua vez, complexidade e sensibilidade humanas.

Conclui-se, portanto, que **Recordações d’uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)** se configura como um espaço privilegiado de observação dos mecanismos de produção literária da alteridade no contexto imperial português. O romance concentra, de forma particularmente nítida, um conjunto de procedimentos narrativos, retóricos e ideológicos que permitem analisar a colonialidade não apenas como horizonte temático, mas como **estrutura operativa da escrita**, isto é: como gramática subjacente à organização da voz, da personagem, do corpo e do sentido do texto. É nessa condição que a obra pode ser entendida como um **laboratório radical da colonialidade literária**, no qual se ensaiam dispositivos que viriam a ser posteriormente consolidados e que se encontram, de forma disseminada, não sistemática, em obras anteriores — desde os relatos de viagem nas costas africanas até a poesia e o teatro metropolitano.

A dimensão falaciosa do texto não decorre do percurso (falho) de assimilação encenado pela protagonista, mas do modo como esse percurso é construído por meio de um dispositivo narrativo que transforma a interiorização dos valores metropolitanos em princípio dinamizador da narrativa. A falsa autobiografia funciona, nesse horizonte, como técnica de legitimação simbólica: ao fazer coincidir voz narrativa e objeto da representação, o texto produz a ilusão de uma autoenunciação que confirmaria, a partir de dentro, a hierarquização racial e civilizacional que estrutura o imaginário colonial. Desse modo, essa gramática configura uma projeção explícita também no plano da recepção, ao mobilizar estratégias que dirigem o olhar do leitor e enquadram a personagem dentro de uma específica pedagogia colonial de alteridade, na qual a racialização, a erotização do corpo feminino negro e a lógica da assimilação se articulam como princípios estruturantes da representação.

Apesar do crescente interesse crítico pelo romance, a recepção de **Recordações d’uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)**, no momento da sua publicação, em 1912, permanece pouco documentada. Estudos recentes (Beleza, 2022; Fernandes, 2021; Simões, 2022) têm privilegiado,

sobretudo, a análise das estruturas discursivas da colonialidade subjacente ao texto, interrogando os mecanismos de ventriloquismo, a erotização do corpo feminino negro e as formas de mediação autoral que sustentam a ficção autobiográfica.

Ainda que algumas dessas abordagens sugiram que a publicação do livro no início do século XX atenda aos interesses de um público leitor lisboeta de menor instrução — devido à irônica descrição humorística sobre o universo boêmio da cidade —, não há referências concretas à circulação inicial da obra nem a análise sistemática das condições da sua recepção no espaço público e literário da época. Permanece, assim, em grande medida, silenciosa a história da leitura contemporânea desse texto — isto é, o modo como, no seu próprio tempo, foram reconhecidas, naturalizadas ou contestadas as operações discursivas que hoje podemos descrever como parte de uma verdadeira gramática da alteridade.

Ainda que não se possa excluir a hipótese de algum mínimo grau de envolvimento empírico de Andrêsa de Pina na gênese da obra — questão que a crítica tem justamente problematizado —, a subjetividade que lhe é atribuída permanece rigorosamente circunscrita ao plano da ficção. Trata-se de uma voz construída, cuja função não é a autoinscrição, mas a reinscrição do sujeito colonizado numa economia discursiva que o precede e o excede. Como observa Diana Simões, “Fernanda não fala: fala-se dela, os autores usam-na como artifício literário para expor ideias nacionalistas de domínio colonial” (Simões, 2022, p. 211).

É justamente na articulação entre estratégias narrativas e plano ideológico que o romance revela a sua imersão no senso comum da época. Ao condensar procedimentos como a animalização e hipersexualização da mulher negra africana, racialização linguística e pedagogia (caricatural) da assimilação, **Recordações d’uma Colonial** impõe e torna visível uma **gramática da alteridade** que opera tanto em termos de regime estético quanto de representação — e, obviamente, de recepção — fixando assim estereótipos, naturalizando hierarquias e transformando o corpo negro em lugar privilegiado de inscrição do poder patriarcal e imperial. Nesse sentido, a obra é um nítido reflexo da colonialidade, permitindo uma análise dos seus modos de produção simbólica, dos seus efeitos e das suas persistências ao nível do imaginário coletivo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BELEZA, Fernando. Das margens do império: raça, gênero e sexualidade em *Recordações d’uma Colonial* (*Memórias da Preta Fernanda*). In: TOTTA, Alberto António May; MACHADO, Fernando. **Recordações d’uma Colonial** (*Memórias da Preta Fernanda*). Lisboa: Teatro Praga / Sistema Solar, 2022, p. 187–208.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos: das cruzadas ao século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

FAZZINI, Luca; MATA, Inocência. As artes da propaganda colonial. *In: Desconstruir o colonialismo, descolonizar o imaginário*. Lisboa: Colibri, 2024, p. 133–139.

FERNANDES, Carla. Pode o/a subalternizado/a recordar? - uma análise das recordações de Fernanda do Vale. *In: Revista de Comunicação e Linguagens*, n. 54, 2021, p. 31–46.

FERREIRA, Ana Paula. Maria Archer e a literatura colonial — ou de uma ‘cultura exuberante’ ignorada. *In: CAMMAERT, Felipe; CORTEZ, Maria Teresa; FAZZINI, Luca; MATA, Inocência; PEREIRA, Paulo Alexandre; (orgs.). Ficções do Império: (Re)visões da literatura colonial portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2025, p. 191–206.

FERREIRA, Manuel. **O discurso no percurso africano I**. Lisboa: Plátano Editora, 1989.

GARCIA, José Luís Lima. Propaganda no Estado Novo e os concursos de literatura colonial: o concurso da Agência Geral das Colónias/Ultramar (1926–1974). *In: PAULO, Heloísa; TORGAL, Luís Reis (orgs.). Estados autoritários e totalitários e as suas representações*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008, p. 131–143.

GARCIA, José Luís Lima. **Ideologia e propaganda colonial no Estado Novo**. Coimbra: Palimage, 2022.

LANDOWSKY, Eric. Pour une grammaire de l’altérité. *Acta Semiotica*, III, n. 5, 2023, p. 79–94.

MARGARIDO, Alfredo. **Ensaaios escolhidos**. Vol. I. Organização de Isabel Castro Henriques. Coimbra: Edições 70, 2025.

MATA, Inocência. O texto colonial: uma questão estético-ideológica. *In: ŠPÁNKOVÁ, Silvie (org.). (Des)colonização na literatura portuguesa contemporânea: breve antologia de textos literários e ensaísticos com atividades*. Brno: Masarykova univerzita, 2014, p. 89–93.

MATA, Inocência. Deslocamentos imperiais e percepções de alteridade: o caso da literatura colonial portuguesa. *Abril*, n. 8 (16), 2016, p. 89–102.

MATA, Inocência. *Recordações d’uma Colonial*: uma ‘narrativa darwiniana’. *In: TOTTA, Alberto António May; MACHADO, Fernando (orgs.). Recordações d’uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)*. Lisboa: Teatro Praga / Sistema Solar, 2022, p. 231–250.

MATA, Inocência. Vozes femininas no arquivo colonial: Maria Archer e Fernanda De Castro na construção literária do Império colonial português. *In: CAMMAERT, Felipe; CORTEZ, Maria Teresa; FAZZINI, Luca; MATA, Inocência; PEREIRA, Paulo Alexandre; (orgs.). Ficções do Império: (Re)visões da literatura colonial portuguesa*. Coimbra: Almedina, 2025, p. 163–190.

NOA, Francisco. **Império, mito e miopia: Moçambique como invenção literária**. Lisboa: Caminho, 2002.

SIMÕES, Diana. Recordações d'uma Colonial: autobiografia credível ou sátira racista?. In: TOTTA, Alberto António May; MACHADO, Fernando (orgs.). **Recordações d'uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)**. Lisboa: Teatro Praga / Sistema Solar, 2022, p. 209–224.

TOTTA, Alberto António May; MACHADO, Fernando (orgs.). **Recordações d'uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)**. Lisboa: Teatro Praga / Sistema Solar, 2022.

TOTTA, Alberto António May; MACHADO, Fernando (orgs.). **Recordações d'uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)**. Lisboa: Edição dos Autores, 1912.

VALE, Fernanda do. **A Preta Fernanda: Recordações d'uma Colonial**. Lisboa: Teorema, 1994.

Recebido para avaliação em 10/02/2026.

Aprovado para publicação em 27/02/2026.

NOTAS

1 Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto A Literatura Colonial Portuguesa: Além da Memória do Império (2022.06543.PTDC), sediado no Centro de Estudos Comparatistas da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (CEComp/FLUL).

2 (CEComp/FLUL).

3 (FLUL).

4 Veja-se o amplo estudo de Francisco Bethencourt, **Racismos: das Cruzadas ao Século XX** (2018).

5 Sobre as convergências e divergências entre a vida de Andreza de Pina e as vicissitudes de Andréa/Fernanda do Vale encenadas em **Recordações d'uma Colonial (Memória da Preta Fernanda)**, ver “Das margens do império: raça, género e sexualidade em *Recordações d'uma Colonial (Memórias da Preta Fernanda)*” (2022), de Fernando Beleza.

6 Escreve Ana Paula Ferreria: “Num artigo publicado no quinzenário *Sol Nascente*, Paulo Braga argumenta que são poucos os escritores que orientam a sua obra «no sentido colonialista, embora nestes poucos se encontre a única justificação admissível de uma literatura [colonial]» (1938, 8, col. 1). Como exemplo, refere os nomes de Gastão de Sousa Dias, Julião Quintinha e Maria Archer, mas observa que estes e alguns outros, entre os quais se inclui, se limitaram a fazer «jornalismo colonial». O autor, que vivera deportado em Timor entre 1931 e 1935, alega que a pobreza da literatura colonial em contraste com o que acontecia «lá fora» se devia à falta de experiências íntimas e prolongadas de escritores profissionais nas colónias, pessoas com cultura, sensibilidade e tempo para meditar e escrever, o que não era o caso de funcionários ou colonos.” (Ferreira, 2025, p. 191).

7 Nas menções ao longo deste artigo, a grafia “Andreza” refere-se à mulher histórica, enquanto “Andréa” — também identificada como Preta Fernanda — diz respeito à personagem construída no romance de Totta e Machado.

8 A linguagem da obra foi analisada também por Inocência Mata em “*Recordações d'uma Colonial: Uma «narrativa darwiniana»*” (2022, pp. 233-250).